Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 8

DMPL - 20/10/2017 à 31/12/2017 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

Relatório da Administração 11

Notas Explicativas 19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 40

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 43

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	582.663.140
Preferenciais	0
Total	582.663.140
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Previsto no Estatuto da Empresa	31/12/2018	Dividendo		Ordinária		0,01958
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2019	Dividendo		Ordinária		0,17620

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	1.430.063	1.380.307
1.01	Ativo Circulante	144.407	117.657
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.452	888
1.01.03	Contas a Receber	25.885	2.144
1.01.03.01	Clientes	25.885	2.144
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	107.070	114.625
1.01.08.03	Outros	107.070	114.625
1.01.08.03.01	Ativo financeiro de concessão	105.337	114.625
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	1.733	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.285.656	1.262.650
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	883.085	853.754
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	883.085	853.754
1.02.01.10.03	Ativo financeiro de concessão	879.748	853.754
1.02.01.10.04	Outros ativos não circulantes	3.337	0
1.02.03	Imobilizado	7.302	0
1.02.04	Intangível	395.269	408.896
1.02.04.01	Intangíveis	395.269	408.896

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	1.430.063	1.380.307
2.01	Passivo Circulante	100.254	786.437
2.01.02	Fornecedores	4.806	100
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.806	100
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.260	739
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.260	739
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.260	739
2.01.05	Outras Obrigações	92.188	785.598
2.01.05.02	Outros	92.188	785.598
2.01.05.02.04	Dividendos	22.063	1.066
2.01.05.02.05	Debêntures e notas promissórias	66.292	783.679
2.01.05.02.06	Outras obrigações fiscais e regulatórias	3.707	845
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	126	8
2.02	Passivo Não Circulante	638.459	1.687
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	615.325	0
2.02.01.02	Debêntures	615.325	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.176	5
2.02.02.02	Outros	1.176	5
2.02.02.02.03	Outros passivos não circulantes	1.176	5
2.02.03	Tributos Diferidos	21.958	1.682
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.958	1.682
2.03	Patrimônio Líquido	691.350	592.183
2.03.01	Capital Social Realizado	582.663	10
2.03.02	Reservas de Capital	0	582.563
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	582.563
2.03.04	Reservas de Lucros	108.687	9.610
2.03.04.01	Reserva Legal	6.024	20
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	102.663	9.590

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 20/10/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	279.941	20.929
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-72.096	-3.094
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-24.220	0
3.02.02	Amortização do intangível	-13.627	-2.327
3.02.03	Transações no mercado de energia de curto prazo	-6.501	0
3.02.04	Material e serviços de terceiros	-11.370	-510
3.02.05	Encargos de uso da rede elétrica	-7.377	-100
3.02.06	Royalties	-1.779	-42
3.02.07	Outros custos operacionais	-7.222	-115
3.03	Resultado Bruto	207.845	17.835
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-627	-12
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-627	-12
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	207.218	17.823
3.06	Resultado Financeiro	-56.278	-4.600
3.06.01	Receitas Financeiras	5.486	566
3.06.02	Despesas Financeiras	-61.764	-5.166
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	150.940	13.223
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.866	-2.547
3.08.01	Corrente	-10.590	-865
3.08.02	Diferido	-20.276	-1.682
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	120.074	10.676
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	120.074	10.676
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,20608	106,76300
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,20608	106,76300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 20/10/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	120.074	10.676
4.03	Resultado Abrangente do Período	120.074	10.676

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 20/10/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	129.282	-949.016
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	97.216	1.073
6.01.01.01	Lucros antes dos tributos sobre o lucro	150.940	13.223
6.01.01.02	Remuneração do ativo financeiro de concessão	-127.802	-19.602
6.01.01.03	Amortização do intangível	13.627	2.327
6.01.01.04	Juros e variação monetária	60.552	5.125
6.01.01.05	Outros	-101	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	95.369	-950.089
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-22.938	-2.144
6.01.02.02	Ativo financeiro de concessão	111.096	-948.777
6.01.02.03	Outros ativos	-1.705	0
6.01.02.04	Fornecedores	4.707	100
6.01.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	2.920	719
6.01.02.06	Outros passivos	1.289	13
6.01.03	Outros	-63.303	0
6.01.03.01	Pagamento de juros sobre notas promissórias e debêntures	-56.266	0
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-7.037	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.302	-411.223
6.02.01	Aplicação no intangível e no imobilizado	-7.302	-411.223
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-111.416	1.361.127
6.03.01	Integralização de capital	90	10
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	582.563
6.03.03	Emissão de debêntures	668.272	0
6.03.04	Emissão de notas promissórias	0	778.554
6.03.05	Pagamento de de notas promissórias	-780.000	0
6.03.06	Outros	222	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.564	888
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	888	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.452	888

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10	582.563	9.610	0	0	592.183
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10	582.563	9.610	0	0	592.183
5.04	Transações de Capital com os Sócios	582.653	-582.563	93.073	-114.070	0	-20.907
5.04.08	Integralização de capital	90	0	0	0	0	90
5.04.09	Capitalização de AFAC	582.563	-582.563	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos adicionais de 2017 creditados	0	0	-9.590	0	0	-9.590
5.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	102.663	-102.663	0	0
5.04.12	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-11.407	0	-11.407
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	120.074	0	120.074
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	120.074	0	120.074
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.004	-6.004	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	6.004	-6.004	0	0
5.07	Saldos Finais	582.663	0	108.687	0	0	691.350

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 20/10/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10	582.563	9.590	-10.656	0	581.507
5.04.08	Integralização de capital	10	0	0	0	0	10
5.04.09	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	582.563	0	0	0	582.563
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	9.590	-9.590	0	0
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-1.066	0	-1.066
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.676	0	10.676
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.676	0	10.676
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	20	-20	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	20	-20	0	0
5.07	Saldos Finais	10	582.563	9.610	0	0	592.183

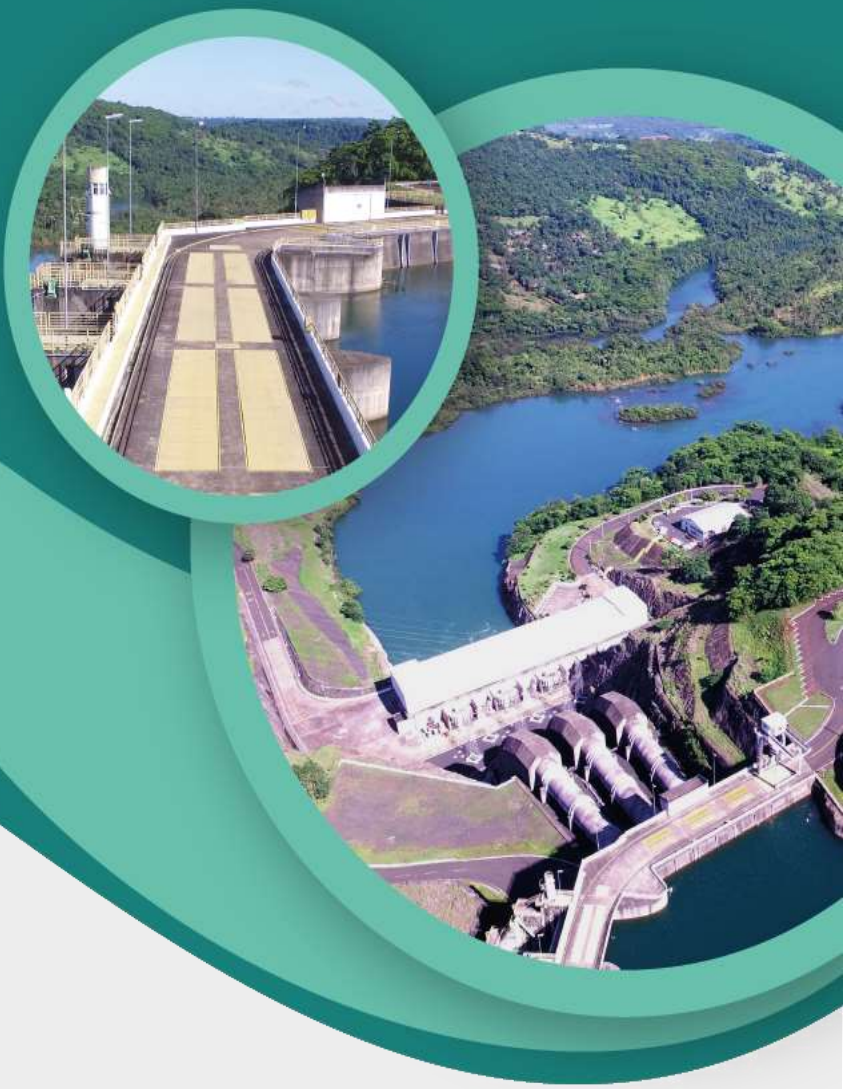
DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 20/10/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	287.195	20.993
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	287.195	20.993
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.682	-645
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-24.220	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.897	-521
7.02.04	Outros	-15.565	-124
7.02.04.01	Transações no mercado de energia de curto prazo	-6.501	0
7.02.04.02	Encargos de uso da rede elétrica	-7.377	-100
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-1.687	-24
7.03	Valor Adicionado Bruto	235.513	20.348
7.04	Retenções	-13.627	-2.327
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.627	-2.327
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	221.886	18.021
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.486	566
7.06.02	Receitas Financeiras	5.486	566
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	227.372	18.587
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	227.372	18.587
7.08.01	Pessoal	3.738	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.551	0
7.08.01.02	Benefícios	749	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	182	0
7.08.01.04	Outros	256	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.456	2.690
7.08.02.01	Federais	38.456	2.690
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.865	5.166
7.08.03.01	Juros	61.571	5.125
7.08.03.02	Aluguéis	101	0
7.08.03.03	Outras	193	41
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	114.070	10.656
7.08.04.02	Dividendos	114.070	10.656
7.08.05	Outros	9.243	75
7.08.05.01	Encargos setoriais	3.239	55
7.08.05.02	Reserva legal	6.004	20

Companhia Energética

Miranda



Relatório da Administração

2018

CNPJ: 28.942.127/0001-49
NIRE: 42 3 0004595-1
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2018. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408,0 MW e energia assegurada de 198,2 MW médios.

Usina Hidrelétrica Miranda	
Início da Construção	1990
Início da Operação	1998
Vencimento da Concessão	28.12.2047
Localização	Município de Indianópolis (MG)
Comprimento da barragem	1.050 m
Altura máxima da barragem	79 m
Volume do reservatório	1.120 hm^3
Unidades geradoras	3
Potência instalada	408 MW

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), pelo prazo de 13 anos, e também estão isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

Relatório da Administração

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 582.663.140 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 582.663 mil ao final de 2018, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização e transmissão de energia elétrica. No segmento de geração, a controladora implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas, termelétricas e usinas complementares — pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas – sendo a maior geradora privada de energia do país.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

O Conselho de Administração foi estabelecido na Assembleia de Constituição realizada em 09.10.2017, na qual foram eleitos os senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Carlos Henrique Boquimpani de Freitas, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

A Diretoria Executiva foi estabelecida na 1° Reunião do Conselho de Administração, em 09.10.2017, tendo a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Presidente, Marcelo Cardoso Malta eleito Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Arthur Roberto Frota Ellwanger na posição de Diretor Técnico-Operacional.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A UHE Miranda, desde sua construção, pertenceu à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O prazo de concessão anterior venceu no decorrer de 2017, o que levou a Usina a leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE).

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora, com uma oferta de R$ 1.360 milhões, ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Após a assinatura do contrato de concessão, transcorreu-se um curto período de operação assistida, compartilhada entre os antigos e novos operadores do ativo. Em 29.12.2017, a operação e manutenção da Usina passou a ser integralmente realizada pela equipe da EBE. A partir dessa data, iniciou-se a contagem dos 30 anos de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

A expectativa do mercado, conforme o Relatório Focus de 04.01.2019, é de que Produto Interno Bruto (PIB) tenha avançado cerca de 1,3% em 2018, frente ao avanço de 1,0% do ano anterior. O dado oficial só será conhecido em março.

Relatório da Administração

A inflação ficou em 3,75% no ano - a meta é de 4,5%, com tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo, ou seja, podendo variar entre 3% e 6%. A taxa básica de juros (Selic) chegou ao fim de 2018 em 6,5% a.a., seu menor patamar histórico.

Para 2019, a expectativa, com base no mesmo relatório, é de leve aumento na taxa básica de juros (7,0% a.a.), inflação próxima ao centro da meta (4,0%) e um mais significativo crescimento da economia (2,53%).

4. Desempenho Operacional

Em 2018, primeiro ano completo de operação sob gestão da Companhia, a geração bruta da UHE Miranda foi de 1.033,0 GWh,. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no período em análise foi de 99,5%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no período analisado foi de 95,7%.

Importante destacar que no período a Usina passou a ser operada remotamente do Centro de Operação da Geração (COG) da controladora, ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2018	20.10.2017 a 31.12.2017
Receita operacional líquida	279.941	20.929
Lucro bruto	207.845	17.835
Margem bruta	74,2%	85,2%
Resultado do serviço (Ebit) [1]	207.218	17.823
Ebitda (Lajida) [2]	220.845	20.150
Amortização	13.627	2.327
Resultado financeiro	56.278	4.600
Lucro antes dos tributos (Lucro operacional)	150.940	13.223
Lucro líquido do exercício	120.074	10.676

[1] Resultado do serviço (Ebit): lucro operacional + resultado financeiro; e

[2] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + amortização.

5.1.1 Receita operacional líquida

As informações a seguir, referentes ao ano de 2018, são comparadas aos dados reportados de 20.10.2017 a 31.12.2017, considerando o início das atividades da Companhia nesta data.

No ano de 2018, a receita operacional líquida da Companhia foi de R$ 279.941 mil, frente aos R$ 20.929 mil reconhecidos no ano de 2017, ou seja, acréscimo de R$ 259.012 mil. As principais variações foram:

Relatório da Administração

a) Remuneração do ativo financeiro de concessão

O ativo financeiro de concessão representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros da parcela de energia destinada ao ambiente regulado, equivalente a 70% da garantia física da usina. Esse ativo é remunerado pela taxa interna de retorno utilizada para o cálculo do valor presente do ativo e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Esta receita apresentou aumento de R$ 108.200 mil, passando de R$ 19.602 mil em 2017 para R$ 127.802 mil em 2018, reflexo, subtancialmente, do início das atividades da Companhia no 4T17 e da variação do IPCA.

b) Suprimento de energia elétrica

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia. Em 2018, a receita decorrente deste contrato foi de R$ 78.844 mil, aumento de R$ 78.311 mil quando comparado ao ano de 2017, quando foi de R$ 533 mil.

O preço estabelecido contratualmente é de R$ 130/MWh, reajustado anualmente pelo IPCA. Contudo, o contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, ou seja, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Desta forma, em 2018, o preço médio praticado nas vendas para a controladora foi de R$ 164,58/MWh, resultando no reconhecimento de receita adicional de venda para a controladora no montante de R$ 16.611 mil, líquida dos tributos sobre a receita, para compensar os custos adicionais de compra de energia em montante equivalente aos efeitos negativos que a Companhia teria na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) caso não tivesse realizado tal compra. Adicionalmente, no ano de 2018, a Companhia auferiu receita na CCEE, no valor de R$ 23.479 mil (R$ 794 mil em 2017).

c) Receita do Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG)

Para a energia vendida no mercado regulado, a Companhia recebe a parcela referente à Gestão dos Ativos de Geração (GAG), para cobertura dos custos com operação e manutenção, além de gastos com melhorias durante o prazo de concessão. O valor da GAG reconhecida no ano de 2018 foi de R$ 49.816 mil.

5.1.2 Custos da venda de energia

Os custos da venda de energia foram de R$ 72.096 mil em 2018, acréscimo de R$ 69.002 mil quando comparado a 2017, cujo montante era de R$ 3.094 mil. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Energia elétrica comprada para revenda: a Companhia comprou energia de sua controladora, por meio de contrato bilateral de curto prazo, no montante de R$ 24.220 mil. Este contrato teve por finalidade mitigar os efeitos negativos que a Companhia teria na CCEE caso não realizasse tal compra.

b) Amortização do intangível: refere-se à amortização da parcela de bonificação pela outorga de concessão alocada no intangível, no montante de R$ 13.627 mil no ano de 2018 e R$ 2.327 mil em 2017.

Relatório da Administração

c) Encargos de uso da rede elétrica e *royalties*: reconhecimento de R$ 9.156 mil e R$ 142 mil, em 2018 e 2017, respectivamente, relacionados aos encargos de uso do sistema de distribuição e aos *royalties*, relativos aos 30% da garantia física destinada ao mercado livre. A parcela destes custos referente a garantia física destinada ao mercado regulado é reembolsada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), não afetando o custo da Companhia.

d) Material e serviços de terceiros: reconhecimento de R$ 11.370 mil e R$ 510 mil, em 2018 e 2017, respectivamente, relativos, principalmente, aos custos de operação e manutenção da Usina.

e) Outros: incluem os gastos decorrentes do reconhecimento de custos de pessoal, no montante de R$ 4.496 mil, da contratação de prêmio de seguro de danos materiais e lucros cessantes, no valor de R$ 1.477 mil e outros custos que totalizam R$ 1.249 mil.

5.1.3 Ebitda e Margem Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda de 2018 foi de R$ 220.846 mil, aumento de R$ 200.696 mil quando comparado ao mesmo período de 2017, que foi de R$ 20.150 mil.

Com a finalidade de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o Ebitda, apresentamos a tabela abaixo:

(Em R$ mil)	2018	2017
Lucro líquido do exercício	120.074	10.676
(+) Imposto de renda e contribuição social	30.866	2.547
(+) Resultado financeiro	56.278	4.600
(+) Amortização do intangível	13.627	2.327
	220.845	**20.150**

5.1.4 Resultado financeiro

Em 2018, as receitas financeiras atingiram R$ 5.486 mil (R$ 566 mil em 2017), sendo correspondentes, principalmente, à renda de aplicações financeiras. As despesas financeiras foram de R$ 61.764 mil (R$ 5.166 mil em 2017), impactadas, principalmente, pelos juros e variação monetária sobre as debêntures e notas promissórias.

5.1.5 Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No acumulado do ano, essas despesas aumentaram R$ 28.319 mil, passando de R$ 2.547 mil em 2017 para R$ 30.866 mil em 2018, em decorrência, principalmente, do acréscimo da base de apuração dos tributos.

5.1.6 Lucro líquido

O lucro líquido de 2018 foi de R$ 120.074 mil, frente ao lucro líquido de 2017 no montante de R$ 10.676 mil, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

Relatório da Administração

6. Gestão Socioambiental

A UHE Miranda, quando operada pelo antigo proprietário, possuía as certificações ISO 9001 (Qualidade) e 14001 (Gestão Ambiental) e ainda OSHAS 18001 (Saúde e Segurança). Com a transferência do ativo, as certificações são perdidas, havendo a necessidade de haver novos processos de certificação, pautados pela cultura, modelo de gestão, políticas e procedimentos da nova operadora.

A Administração da Companhia está engajada em realizar as adaptações estruturais eventualmente necessárias, bem como a aculturação e capacitação dos recursos humanos direta e indiretamente envolvidos na operação da Usina para que, ainda em 2019, possam ser reconduzidos os processos de certificação acima citados, dado que a controladora, ENGIE Brasil Energia, possui tais certificações em 12 Usinas em todo o país, o que indica que as condições básicas já estão estabelecidas.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia (não são condicionantes legais):

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;

b) Programa de Reflorestamento Ciliar;

c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;

d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;

e) Monitoramento da ictiofauna;

f) Programa de Peixamento;

g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;

h) Programa de educação ambiental

i) Acervo arqueológico

7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela controladora ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Relatório da Administração

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2018.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2018.

A Administração

Companhia Energética

Miranda



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 2018 e 2017

CNPJ: 28.925.264/0001-75
NIRE: 42 3 0004594-2
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408,0 MW[1] e 198,2 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

Em 27.04.2018, a Companhia teve deferido seu registro de emissor de que trata a Instrução CVM n° 480/09, na categoria "b". Após o deferimento do registro, em 26.06.2018, a Companhia emitiu debêntures, em duas séries, com esforços restritos, com valor nominal de R$ 1, perfazendo o montante total de R$ 685.000. Os recursos obtidos destinaram-se ao pagamento antecipado de parte do montante captado por meio de notas promissórias no ano de 2017. Mais informações sobre a captação vide Nota 9 – Debêntures e notas promissórias.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na continuidade operacional e considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento estão divulgadas na Nota 3 – Sumário das principais práticas contábeis.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

d) Período comparativo

A Companhia iniciou suas atividades em 20.10.2017, motivo pelo qual as informações comparativas apresentadas nas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados compreendem apenas o período de 20.10.2017 a 31.12.2017.

f) Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou essa demonstração nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Notas Explicativas

g) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 19.02.2019.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Ativo financeiro de concessão

Corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente.

a.4) Debêntures e notas promissórias

São reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge*, as quais são mensurados posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge*.

O instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia corresponde a operação contratada para proteção de suas exposições aos riscos de variação de taxa de juros flutuante de debêntures, os quais são reconhecidos de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

b.1) Contabilidade de *hedge*

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

Notas Explicativas

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo dos empréstimos e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro.

c) Intangível

Refere-se ao direito de uso da infraestrutura, originado pela diferença entre o valor da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão. A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar a perda de valores não recuperáveis de seus ativos.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

e) Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (ii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

g) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Notas Explicativas

h) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão, bem como ao cálculo do valor justo das debêntures e do *hedge* contratado para proteção contra a variação dos juros sobre as mesmas.

j) Novas normas, alterações e interpretações

As principais normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e replicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência a partir de 01.01.2018, são as seguintes:

j.1) CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15)

Esse pronunciamento substitui o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas, e estabelece um novo modelo de reconhecimento e mensuração das receitas de contratos com clientes.

De acordo com a nova norma, as receitas devem ser reconhecidas em valores que reflitam a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente. O reconhecimento da receita deve ser realizado a partir da transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios. O pronunciamento prevê a necessidade de se observar algumas etapas para o reconhecimento da receita, conforme mencionadas no item g) acima, bem como estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas anteriores.

Em conformidade com o previsto na norma, a Companhia adotou o método retrospectivo para fins de análise, mensuração e reconhecimento dos efeitos de sua aplicação. Como resultado das análises realizadas, não foram identificadas diferenças entre as práticas no que concerne ao reconhecimento e mensuração das receitas da Companhia, motivo pelo qual não houve a necessidade de se fazer qualquer reapresentação das informações contábeis comparativas.

j.2) CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Essa norma substitui o CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (IAS 39) e estabelece novos requerimentos para : (i) a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (*impairment)* de ativos financeiros; (iii) a contabilidade de *hedge;* e (iv) a divulgação das informações.

Notas Explicativas

Os requerimentos do CPC 48 relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros foram adotados retrospectivamente, com a data de adoção inicial em 01.01.2018. As informações contábeis comparativas não foram reapresentadas - isto é, estão apresentadas conforme reportado anteriormente, sob o CPC 38 e interpretações relacionadas, uma vez que não foram apuradas diferenças nos valores contábeis dos ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48.

As principais alterações na norma foram as seguintes:

Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

O pronunciamento traz uma abordagem que busca refletir o modelo de negócios da Companhia e suas características de fluxo de caixa. Com base nisso, os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

De forma prospectiva, a partir de 01.01.2018, a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas.

A mensuração e registro dos instrumentos financeiros não sofreu quaisquer alterações em decorrência da adoção do novo pronunciamento.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia em 31.12.2017, apresentados de acordo com a práticas contábeis anteriores e atuais.

			Classificacação de acordo com	
	Nota	31.12.2017	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros				
Caixa e depósitos bancários à vista	4	55	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	4	833	VJR	VJR
Contas a receber de clientes	5	2.144	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativo financeiro de concessão	6	968.379	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
		971.411		
Passivos financeiros				
Fornecedores		100	Custo amortizado	Custo amortizado
Dividendos	12	1.066	Custo amortizado	Custo amortizado
Notas promissórias	9	783.679	Custo amortizado	Custo amortizado
		784.845		

Mensuração e reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige que a Administração da Companhia exerça um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A adoção do novo pronunciamento não gerou qualquer impacto na avaliação de *impairment* dos ativos financeiros da Companhia.

Notas Explicativas

j.3) Interpretações, alterações e revisões de normas

Os seguintes pronunciamentos, vigentes a partir de 01.01.2018, não tiveram nenhum efeito importante sobre as transações realizadas pela Companhia em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência.

- ICPC 21 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento (IFRIC 22);

- Alterações no CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações (IFRS 2);

- Alterações no CPC 11 – Contratos de seguro (IFRS 4);

- Alterações no CPC 28 – Propriedades para investimento (IAS 40);

- Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); e

- Revisão anual do CPC n° 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

k) Novas normas, alterações e interpretações com vigência a partir de 01.01.2019

A partir de 01.01.2019, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19) – Alterações, reduções ou liquidação de planos; (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa; (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC ° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu a uma avaliação inicial sobre a aplicação dessas novas normas e alterações e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos. A Companhia não possui contratos que estejam enquadrados no escopo da nova norma de arrendamento mercantil.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários à vista	**310**	**55**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	11.142	833
	11.452	**888**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31.12.2018, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós fixados, atrelados à variação da Selic.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2018 e de 2017 foi de cerca de 100,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Notas Explicativas

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2018	31.12.2017
Transações realizadas na CCEE	18.197	833
Distribuidoras	7.361	1.311
ENGIE Brasil Energia	327	-
	25.885	**2.144**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

NOTA 6 – ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

a) Composição

	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	105.337	879.748	**985.085**	114.625	853.754	**968.379**

A movimentação do ativo financeiro foi esta:

	UHE Miranda
Reconhecimento inicial – Bonificação pela outorga	948.777
Juros	13.378
Variação monetária	6.224
Saldo em 31.12.2017	**968.379**
Recebimentos	(111.096)
Juros	94.562
Variação monetária	33.240
Saldo em 31.12.2018	**985.085**

b) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
2020	89.406
2021	80.879
2022	73.167
2023	66.190
2024	59.864
2025 a 2029	223.808
2030 a 2047	286.434
Ativo financeiro de concessão	**879.748**

Em 27.09.2017, a Companhia foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, pelo período de 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Notas Explicativas

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física da usina, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (6,9%), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

NOTA 7 – INTANGÍVEL

		31.12.2018			31.12.2017		
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2047	411.223	(15.954)	**395.269**	411.223	(2.327)	**408.896**

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 6 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura da Usina para geração e venda de energia. Este montante foi reconhecido no intangível e está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão da Usina.

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis do intangível. Em 2018 e 2017, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável do intangível da Companhia.

NOTA 8 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos de seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Notas Explicativas

Em 2018, a Companhia refinanciou parte das notas promissórias emitidas em 2017, por meio de emissão de debêntures. Adicionalmente, a Companhia contratou operação de *hedge* para proteger a exposição de uma das séries das debêntures emitidas contra variação da taxa DI. Exceto pelo exposto, não houve qualquer mudança nos riscos aos quais a Companhia está exposta ou na sua administração e mensuração, quando comparados aos apresentados na Nota 9 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros das demonstrações contábeis de 31.12.2017.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Em 19.12.2018, a Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI, contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA.

Em função das características do referido instrumento financeiro, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o seu registro contábil. Dessa forma, tanto as debêntures objeto do *hedge* quanto o instrumento de *hedge* (*swap*) são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

Em 31.12.2018, os valores das debêntures e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são estes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
Debêntures	R$ 299.000	06.2023	Semestrais	107,0% do CDI	293.084	4.360	297.444
Swap	R$ 299.000	06.2023	Semestrais	IPCA + 4,47%	(292.842)	(140)	(292.982)
Resultado *swap*[2]					**242**	**4.220**	**4.462**

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

Em atendimento à Instrução CVM n° 475/08, e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos a riscos da variação de índices inflacionários.

[2] Apresentado nas rubricas de "Outros ativos circulantes" e "Outros ativos não circulantes".

Notas Explicativas

O cenário-base provável para o ano de 2019 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Variação 2018	Cenário Provável 2019	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25% (*)	Δ + 50% (*)
IPCA	3,7%	4,0%	0,3 p.p.	1,0 p.p.	2,0 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2019.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2018 e os previstos no cenário provável para 2019, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2019. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2019, em comparação com o ano de 2018, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2018	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	384.173	(1.088)	(4.126)	(8.252)
IPCA (Debêntures com *swap* para o IPCA)	297.444	(764)	(2.897)	(5.792)
	681.617	**(1.852)**	**(7.023)**	**(14.044)**
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	985.085	2.571	(10.651)	(21.303)
Total		**719**	**(17.674)**	**(35.347)**

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2018	31.12.2017
Dívida[3]	677.155	783.679
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11.452)	(888)
Dívida líquida	**665.703**	**782.791**
Patrimônio líquido	**691.350**	**592.183**
Endividamento líquido	**0,96**	**1,32**

[3] Líquida dos efeitos do *hedge*.

Notas Explicativas

A Companhia foi constituída em 09.10.2017 e sua atual estrutura de endividamento líquido é composta pela dívida contratada para o financiamento do pagamento de parte da bonificação pela outorga. A redução observada entre 2017 e 2018 é motivada pelo desempenho operacional e consequente geração de caixa operacional positivo, o qual permitiu redução do endividamento líquido.

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2018, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 9 – Debêntures e notas promissórias).

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, pelo período de 13 anos, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 15 – Transações com partes relacionadas.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2018, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia é o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

Notas Explicativas

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2018. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	4.806	-	-	-	4.806
Debêntures[4]	103.963	210.623	214.942	357.617	887.145
	108.769	**210.623**	**214.942**	**357.617**	**891.951**

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

f) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2018	31.12.2017
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	11.142	833
Hedge de valor justo sobre debêntures	4.462	-
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	310	55
Contas a receber de clientes	25.885	2.144
Ativo financeiro de concessão	985.085	968.379
	1.026.884	**971.411**
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Debêntures	297.444	-
Custo amortizado		
Fornecedores	4.806	100
Dividendos	22.063	1.066
Debêntures e notas promissórias	384.173	783.679
	708.486	**784.845**

[4] Líquidas das operações de *hedge*.

Notas Explicativas

Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados por meio de outros dados observáveis (Nível 2), exceto as aplicações financeiras, as quais estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

h) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2018		31.12.2017	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo financeiro de concessão	985.085	984.115	968.379	968.804
Debêntures	384.173	393.580	-	-
	1.369.258	**1.377.395**	**-**	**-**

NOTA 9 – DEBÊNTURES E NOTAS PROMISSÓRIAS

a) Composição

	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures – 1ª emissão	64.700	615.325	680.025	-	-	-
Notas promissórias	-	-	-	778.674	-	778.674
Encargos	1.592	-	1.592	5.005	-	5.005
Debêntures e notas promissórias	**66.292**	**615.325**	**681.617**	**783.679**	**-**	**783.679**
Efeitos do *hedge* (*swap*) – Posição ativa	(1.179)	(3.283)	(4.462)	-	-	-
Debêntures e notas promissórias, líquidos dos efeitos do *hedge*	**65.113**	**612.042**	**677.155**	**783.679**	**-**	**783.679**

Em 26.06.2018, a Companhia emitiu debêntures, em duas séries, com esforços restritos, com valor nominal de R$ 1, perfazendo o montante de R$ 685.000. Os recursos obtidos, no montante de R$ 668.272, líquidos dos custos de captação, destinaram-se ao pagamento antecipado de parte do montante captado por meio de notas promissórias.

Para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI, em 19.12.2018 foi contratada operação de *swap* com o Banco Itaú BBA.

Notas Explicativas

b) Mutação das debêntures e notas promissórias

	Circulante	Não circulante	Total
Emissão de notas promissórias	778.554	-	778.554
Juros	5.125	-	5.215
Saldos em 31.12.2017	**783.679**	**-**	**783.679**
Emissão de debêntures	33.109	635.163	668.272
Juros	55.382	-	55.382
Variações monetárias	50	6.139	6.189
Ajuste a valor justo	969	3.392	4.361
Transferências	29.369	(29.369)	-
Amortização do principal de notas promissórias	(780.000)	-	(780.000)
Amortização de juros	(56.266)	-	(56.266)
Saldos em 31.12.2018	**66.292**	**615.325**	**681.617**

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento				
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Garantia	Saldos em 31.12.2018
1ª Emissão – Série 1	299.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com swap para IPCA + 4,47	Semestralmente a partir de 12.2018	9 parcelas semestrais a partir de 06.2019	06..2023	Garantia real	297.444
1ª Emissão – Série 2	386.000	IPCA + 6,4962%	Semestralmente a partir de 12.2018	15 parcelas semestrais a partir de 06.2020	06.2027	Garantia real	384.173

d) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2020	69.098
2021	70.448
2022	78.187
2023	85.204
2024	83.769
2025 a 2029	228.619
Debêntures	**615.325**

e) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

Notas Explicativas

NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	31.12.2018				31.12.2017
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSSL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	147.404	36.851	13.266	50.117	6.664
Amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga	36.810	9.202	3.312	12.514	1.772
Outros	103	27	9	36	-
		46.080	**16.587**	**62.667**	**8.436**
Ativo:					
Receita de "Retorno de Bonificação pela Outorga" – ACR	119.732	29.933	10.776	40.709	6.754
		29.933	**10.776**	**40.709**	**6.754**
Valor líquido		**16.147**	**5.811**	**21.958**	**1.682**

b) Movimentação de saldo

Saldo em 20.10.2017	**-**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do período	1.682
Saldo em 31.12.2017	**1.682**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	20.276
Saldo em 31.12.2018	**21.958**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2019	4.353	6.697
2020	3.695	5.684
2021	3.342	5.142
2022	3.024	4.652
2023	2.735	4.243
2024 a 2026	6.736	10.364
2027 a 2029	4.986	7.672
2030 a 2032	3.691	5.679
2033 em diante	8.147	12.534
	40.709	**62.667**

Notas Explicativas

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 09.01.2018, ocorreu a integralização do capital social, no montante de R$ 90. Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10.01.2018, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 2017, no montante de R$ 582.563, com a emissão de 582.563.140 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Desta forma, em 31.12.2018, o capital social da Companhia é de R$ 582.663 (R$ 10 em 31.12.2017), totalmente subscrito e integralizado, constituído por 582.663.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 582.663.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2018	20.10.2017 a 31.12.2017
Lucro líquido do exercício	120.074	10.676
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	582.663	100
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,20608**	**106,76300**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores no exercício apresentado, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 12 – DIVIDENDOS

a) Cálculo

	31.12.2018	31.12.2017
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	120.074	10.676
Reserva legal	(6.004)	(20)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**114.070**	**10.656**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	11.407	1.066
Dividendos adicionais propostos	102.663	9.590
Total dos dividendos anuais	**114.070**	**10.656**
Percentual do lucro líquido ajustado	**100%**	**100%**

Notas Explicativas

b) Composição do saldo de dividendos a pagar

	31.12.2018	31.12.2017
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2017	1.066	1.066
Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2017	9.590	-
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2018	11.407	-
	22.063	**1.066**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Distribuições realizadas e proposta relativa ao lucro líquido do exercício de 2018

d.1) Dividendos complementares relativos ao exercício de 2017

Em 30.04.2018, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do lucro líquido e a proposta de distribuição de dividendos complementares relativos ao exercício findo em 31.12.2017, no valor de R$ 9.590. Nesta data, a Companhia reconheceu a obrigação do pagamento em seu balanço patrimonial.

d.2) Dividendos adicionais propostos

Adicionalmente aos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R$ 11.407, a Companhia está propondo a distribuição de dividendos adicionais relativos ao exercício de 2018 no montante de R$ 102.663.

Os dividendos excedentes ao mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto, ainda não aprovado em Assembleia Geral, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

NOTA 13 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2018	20.10.2017 a 31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	82.889	558
Receita GAG – operação e manutenção	51.701	-
Transações no mercado de curto prazo	24.803	833
	159.393	**1.391**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(5.818)	(51)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.436)	(13)
	(7.254)	**(64)**
REMUNERAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO	**127.802**	**19.602**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**279.941**	**20.929**

Notas Explicativas

NOTA 14 – RESULTADO FINANCEIRO

	2018	20.10.2017 a 31.12.2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.462	566
Outras receitas financeiras	1.024	-
	5.486	**566**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures e notas promissórias	61.571	5.125
Outros	5	-
Outras despesas financeiras	188	41
	61.764	**5.166**
Despesas financeiras, líquidas	**56.278**	**4.600**

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2018 e 31.12.2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia.

b) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 57,5 MW médios, ao preço de R$ 130/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2018 é de R$ 655.576.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Em função disto, durante o ano de 2018, a Companhia firmou contratos de curto prazo de compra de energia, os quais tinham por finalidade mitigar os efeitos negativos que seriam apurados na CCEE caso tais compras não fossem realizadas.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia no exercício findo em 31.12.2018 foram:

	Receita	Custo
	Suprimento de energia	Compra de energia
EBE	75.255	24.221

Notas Explicativas

c) Acordo operativo

Em 14.06.2018, a Companhia e a controladora celebraram um acordo operativo, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Miranda. Este acordo será parte integrante do Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura a ser anuído pela Aneel. Esse acordo será válido por 60 meses após a publicação da anuência do órgão regulador à eficácia do Contrato Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

NOTA 16 – SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2019 e o valor da cobertura é R$ 971.844, sendo R$ 903.630 referente a danos materiais e R$ 68.214 a lucros cessantes.

NOTA 17 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição com a distribuidora de energia da região na qual a Usina está instalada, o qual tem vigência até a data de término da concessão. Os compromissos futuros correspondentes a este contrato, em 31.12.2018, são de R$ 730.559.

NOTA 18 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Em 2018 houve aumento de capital social por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 2017, no montante de R$ 582.563 (Nota 11 – Patrimônio líquido).

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética Miranda

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Miranda (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Miranda em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade -CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro de concessão

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.a e nº 6 às demonstrações contábeis, o ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas e, posteriormente, mantido ao custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente. O contrato de concessão estabelece uma divisão para a destinação de utilização da capacidade instalada da usina de Miranda de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e 30% ao Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o alto grau de julgamento e complexidade na determinação dos fatores e das premissas por parte da Administração, atreladas ao processo de mensuração do ativo financeiro de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos da Companhia relacionados aos cálculos do ativo financeiro de concessão; (ii) discussão das premissas, incluindo a taxa de desconto utilizada no cálculo do ativo financeiro de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia para confronto com os registros efetuados no sistema contábil, com a adequada classificação do ativo financeiro de concessão (contas a receber) e ativo intangível; (iv) recálculo do ativo financeiro de concessão; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo financeiro de concessão e a consequente segregação entre ativo financeiro de concessão e ativo intangível, realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.g e nº 13 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da complexidade no processamento e registro das transações e no reconhecimento da receita.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita; (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) recálculo da receita considerando o contrato de concessão; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, não abrange o Relatório da Administração e, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 19 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011.609/O-8 “F” SC

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2019.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2019.